

Contratualismo

TEXTO PARA A PRÓXIMA QUESTÃO:

“O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais não deixa de ser mais escravo do que eles. (...) A ordem social, porém, é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. (...) Haverá sempre uma grande diferença entre subjugar uma multidão e reger uma sociedade. Sejam homens isolados, quantos possam ser submetidos sucessivamente a um só, e não verei nisso senão um senhor e escravos, de modo algum considerando-os um povo e seu chefe. Trata-se, caso se queira, de uma agregação, mas não de uma associação; nela não existe bem público, nem corpo político.”

(Jean-Jacques Rousseau, *Do Contrato Social*. [1762]. São Paulo: Ed. Abril, 1973, p. 28,36.)

1. (Unicamp 2012) Sobre *Do Contrato Social*, publicado em 1762, e seu autor, é correto afirmar que:

- a) Rousseau, um dos grandes autores do Iluminismo, defende a necessidade de o Estado francês substituir os impostos por contratos comerciais com os cidadãos.
- b) A obra inspirou os ideais da Revolução Francesa, ao explicar o nascimento da sociedade pelo contrato social e pregar a soberania do povo.
- c) Rousseau defendia a necessidade de o homem voltar a seu estado natural, para assim garantir a sobrevivência da sociedade.
- d) O livro, inspirado pelos acontecimentos da Independência Americana, chegou a ser proibido e queimado em solo francês.

2. (Uel 2015) Leia os fragmentos a seguir.

A monarquia absoluta é incompatível com a sociedade civil, não podendo ser uma forma de governo civil, porque o objetivo da sociedade civil consiste em evitar e remediar os inconvenientes do estado de natureza que resultam necessariamente de poder cada homem ser juiz em seu próprio caso, estabelecendo-se uma autoridade conhecida para a qual todos os membros dessa sociedade podem apelar por qualquer dano que lhe causem ou controvérsia que possa surgir, e à qual todos os membros dessa sociedade terão que obedecer.

[...]

Quem julgará se o príncipe ou o legislativo agem contrariamente ao encargo recebido? A isto respondo: O povo será o juiz; porque quem poderá julgar se o depositário ou o deputado age bem e de acordo com o encargo a ele confiado senão aquele que o nomeia, devendo, por tê-lo nomeado, ter ainda o poder para afastá-lo quando não agir conforme seu dever?

(Adaptado de: LOCKE, J. *Segundo Tratado sobre o Governo (ou Ensaio sobre o Governo Civil)*. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p.250 e p.312.)

Com base nos fragmentos e nos conhecimentos sobre a filosofia política de John Locke, descreva o modelo de governo civil proposto pelo filósofo.

3. (Uema 2015) Para Thomas Hobbes, os seres humanos são livres em seu estado natural, competindo e lutando entre si, por terem relativamente a mesma força. Nesse estado, o conflito se perpetua através de gerações, criando um ambiente de tensão e medo permanente. Para esse filósofo, a criação de uma sociedade submetida à Lei, na qual os seres humanos vivam em paz e

deixem de guerrear entre si, pressupõe que todos renunciem à sua liberdade original. Nessa sociedade, a liberdade individual é delegada a um só dos homens que detém o poder inquestionável, o soberano.

(Fonte: MALMESBURY, Thomas Hobbes de. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro; Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora NOVA Cultural, 1997.)

A teoria política de Thomas Hobbes teve papel fundamental na construção dos sistemas políticos contemporâneos que consolidou a (o)

- a) Monarquia Paritária.
- b) Despotismo Soberano.
- c) Monarquia Republicana.
- d) Monarquia Absolutista.
- e) Despotismo Esclarecido.

4. (PUC Pr 2015) Leia o fragmento a seguir, extraído do Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, de Rousseau:

“É do homem que devo falar, e a questão que examino me indica que vou falar a homens, pois não se propõem questões semelhantes quando se teme honrar a verdade. Defenderei, pois, com confiança a causa da humanidade perante os sábios que a isso me convidam e não ficarei descontente comigo mesmo se me tornar digno de meu assunto e de meus juízes”.

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 159.)

A partir da teoria contratualista de Rousseau, assinale a alternativa que representa aquilo que o filósofo de Genebra pretende defender na obra.

- a) Que a desigualdade social é permitida pela lei natural e, portanto, o Estado não é responsável pelo conflito social.
- b) Que a desigualdade social é autorizada pela lei natural, ou seja, que a natureza não se encontra submetida à lei.
- c) Que no estado natural existe apenas o direito de propriedade.
- d) Que a desigualdade moral ou política é uma continuidade daquilo que já está presente no estado natural.
- e) Que há, na espécie humana, duas espécies de desigualdade: a primeira, natural, e a segunda, moral ou política.

5. (Unioeste 2013) “Através dos princípios de um direito natural preexistente ao Estado, de um Estado baseado no consenso, de subordinação do poder executivo ao poder legislativo, de um poder limitado, de direito de resistência, Locke expôs as diretrizes fundamentais do Estado liberal.”

(Bobbio.)

Considerando o texto citado e o pensamento político de Locke, seguem as afirmativas abaixo:

I. A passagem do estado de natureza para a sociedade política ou civil, segundo Locke, é realizada mediante um contrato social, através do qual os indivíduos singulares, livres e iguais dão seu consentimento para ingressar no estado civil.

II. O livre consentimento dos indivíduos para formar a sociedade, a proteção dos direitos naturais pelo governo, a subordinação dos poderes, a limitação do poder e o direito à resistência são princípios fundamentais do liberalismo político de Locke.

III. A violação deliberada e sistemática dos direitos naturais e o uso contínuo da força sem amparo legal, segundo Locke, não são suficientes para conferir legitimidade ao direito de resistência, pois o exercício de tal direito causaria a dissolução do estado civil e, em consequência, o retorno ao estado de natureza.

IV. Os indivíduos consentem livremente, segundo Locke, em constituir a sociedade política com a finalidade de preservar e proteger, com o amparo da lei, do arbítrio e da força comum de um corpo político unitário, os seus inalienáveis direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade.

V. Da dissolução do poder legislativo, que é o poder no qual “se unem os membros de uma comunidade para formar um corpo vivo e coerente”, decorre, como consequência, a dissolução do estado de natureza.

Das afirmativas feitas acima

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) As afirmações I e III estão corretas.
- c) As afirmações III e IV estão corretas.
- d) As afirmação II e III estão corretas.
- e) As afirmações III e V estão incorretas.

Gabarito

1. B

2. Segundo Locke, o modelo de governo civil vincula-se ao pacto proveniente do mútuo consentimento entre indivíduos igualmente livres, pelo direito natural. Portanto, tem seu fundamento na condição livre e igualitária dos homens, rompendo com a visão hierárquica do mundo que servia de base de legitimação das monarquias absolutas. Aqui, não se refere a um contrato entre governantes e governados. Como cidadãos, os indivíduos não renunciam aos seus próprios direitos naturais – absolutamente privados, inalteráveis e inalienáveis – em favor do poder dos governantes. A sociedade política é instituída pelos participantes do pacto, tendo por finalidade empregar sua força coletiva na proteção e na execução das leis naturais. Estas, no estado natural, estariam ameaçadas, sobretudo, a preservação da vida, a conservação da liberdade e da igualdade e o gozo da propriedade proveniente do trabalho. Por isso, a instituição da sociedade civil, sobretudo, tem por objetivo reprimir quaisquer violações a estes direitos naturais e, deste modo, para que possam ser assegurados e usufruídos, garantir a paz necessária. O mútuo consentimento permite aos cidadãos – neste modelo – instalar a forma de governo que julgarem conveniente. Aos governantes, é outorgado o poder que, no entanto, além de limitado, é revogável pelo poder originário e soberano dos cidadãos. São eles que decidem seu destino político e o da sociedade. Neste modelo de governo civil, Locke defende o direito de resistência e insurreição quando ocorre abuso do poder por parte das autoridades que usurpam de suas prerrogativas e violam o pacto e suas finalidades.

3. D

4. E

5. E